

Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 36.583.700/0001-01
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição" ou "Qista"), Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e especializada em empréstimos, submete à apreciação as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício findo em 31/12/2025, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras e operacionais da Instituição, revisadas pelos auditores independentes.

Desempenho Econômico-Financeiro: Em 31/12/2025, a Qista registrou ativo total de R\$ 1.745 milhões, crescimento de 48% em relação a dezembro de 2024, impulsionado sobretudo pelo crescimento de sua carteira de crédito direta e indireta (TVM) com foco em operações colateralizadas. Apresentou Patrimônio Líquido de R\$ 118,6 milhões, representando crescimento de 19% em relação a dezembro de 2024 e o lucro líquido acumulado alcançou R\$ 39,5 milhões. O Patrimônio de Referência foi de R\$ 272,4 milhões, demonstrando um avanço de 50% no mesmo período. A evolução patrimonial observada proporcionou em dezembro de 2025 um Índice de Basileia de 25%, nível superior ao mínimo regulatório, demonstrando a capacidade de absorção dos riscos inerentes às suas operações. A carteira líquida de crédito totalizou R\$ 401,1 milhões, e gerou R\$ 221,8 milhões em receitas de intermediação financeira no semestre. Ainda no âmbito de sua agenda estratégica, a Qista está em processo contínuo de implantação das seguintes ações: (i) fortalecimento do balanço com ativos colateralizados, como cartão de crédito consignado, cartão de crédito benefício consignado, antecipação de FGTS, novo e-trabalhador; (ii) revisão dos canais de origemação; (iii) estabelecimento de novas parcerias comerciais; (iv) redução de sua exposição em TVM; (v) intensificação das ações de

cobrança, renegociação de dívidas e acordos; (vi) otimização das despesas operacionais e administrativas (vii) prospecção de novos negócios através de relacionamento estratégico; A Administração vem adotando iniciativas, sobretudo após o recente movimento societário com concentração do controle no acionista fundador, fundamentais para garantir a longevidade da Instituição, maximização de resultados e ampliação da governança corporativa, perzando um desempenho econômico-financeiro favorável com resultados recorrentes e ativos com risco mitigado e alto valor agregado.

Panorama Econômico: O ambiente macroeconômico global em 2025 caracteriza-se por elevada incerteza, decorrente da conjunção de choques comerciais e geopolíticos, com impactos relevantes sobre preços de ativos, fluxos de capitais e expectativas inflacionárias. No ano foi destacado com a intensificação da política comercial protecionista dos Estados Unidos, sob a administração de Donald Trump, materializada na elevação significativa de tarifas de importação sobre parceiros estratégicos. Tal movimento representa uma inflação relevante em relação ao arcabouço de liberalização comercial observado nas últimas décadas, com efeitos diretos sobre cadeias globais de valor, termos de troca e confiança empresarial. Adicionalmente, a recente escalada das tensões no Oriente Médio, envolvendo o Irã, introduziu um novo vetor de risco sistêmico. O aumento das incertezas geopolíticas tem se traduzido em maior volatilidade nos mercados de commodities, em especial energia, além de pressionar prêmios de risco, curvas de juros e expectativas de inflação, sobretudo em economias importadoras líquidas de petróleo. Nesse contexto, observou-se, ao longo do ano, um movimento de reprecificação global de ativos, com correção relevante nos mercados acionários e ampliação de spreads de crédito. Destaca-se, ainda, o comportamento

atípico do dólar norte-americano, que apresentou depreciação superior a 10% frente a moedas de economias avançadas, movimento associado à deterioração das expectativas fiscais, ao reposicionamento de fluxos globais e à revisão das trajetórias esperadas de política monetária. Mais recentemente, a sinalização de distensão parcial no front comercial com a celebração de acordos com Reino Unido, União Europeia e Japão, e esforços diplomáticos voltados à contenção das tensões no Oriente Médio contribuíram para a recomposição parcial dos preços de ativos de risco. Nos Estados Unidos, o índice S&P 500 voltou a operar em níveis próximos às máximas históricas, refletindo melhora nas condições financeiras e reprecificação das expectativas de crescimento. Apesar do ambiente adverso, a atividade global tem demonstrado resiliência. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, a expansão do PIB mundial deverá atingir 3,0% em 2025 (ante 3,3% em 2024), com recuperação marginal projetada para 3,1% em 2026. Nos Estados Unidos, projeta-se desaceleração da atividade, em função dos efeitos contracionistas das tarifas sobre renda disponível, custos de produção e confiança. No âmbito inflacionário, já se observa repasse parcial das tarifas aos preços ao consumidor, ainda que com expectativa de dissipação ao longo do horizonte relevante de política monetária. Nesse cenário, o Federal Reserve tende a adotar postura dependente de dados ("data-dependent"), com possível retomada do ciclo de flexibilização monetária, condicionada à convergência inflacionária. O crescimento deverá convergir para patamar próximo de 2,0% em 2026. No Brasil, os efeitos diretos do choque tarifário são mitigados pela baixa elasticidade da pauta exportadora em relação ao mercado norte-americano, cuja participação no PIB é reduzida. Não obstante, os canais indiretos notadamente via condições financeiras globais, taxa

de câmbio, preços de commodities e fluxos de capitais permanecem como vetores relevantes de transmissão do cenário externo. A atividade doméstica manteve dinamismo no primeiro semestre de 2025, com crescimento interanual do PIB de 2,9% no primeiro trimestre, impulsionado principalmente pelo setor agropecuário e pelo consumo das famílias. O mercado de trabalho segue em trajetória robusta, com taxa de desemprego de 5,8% em junho, sustentada pela expansão do emprego formal e pela elevação dos rendimentos reais. Para o segundo semestre, antecipa-se desaceleração gradual da atividade, refletindo os efeitos defasados da política monetária restritiva, bem como a moderação do crescimento global. Ainda assim, projeta-se expansão do PIB em torno de 2,5% em 2025 e 2,0% em 2026. No âmbito inflacionário, observa-se processo de desinflação gradual. Após atingir 5,5% em março (em 12 meses), o IPCA vem recuando, beneficiado pela normalização dos preços de alimentos e pela apreciação cambial. Todavia, o balanço de riscos permanece assimétrico, em função das incertezas externas, particularmente aquelas associadas ao conflito no Oriente Médio e seus potenciais impactos sobre preços de energia. As projeções indicam inflação de 5,0% em 2025 e 4,5% em 2026. Diante desse cenário, a política monetária deverá permanecer contracionista no curto prazo, com viés de flexibilização condicionado à consolidação do processo desinflacionário. Espera-se que o Banco Central inicie um ciclo gradual de afrouxamento monetário, com a taxa Selic convergindo para 14,5% ao final de 2025 e 12,0% ao final de 2026.

Agradecimentos: A Qista expressa sua sincera gratidão a todos os colaboradores que se mantiveram firmemente dedicados ao desempenho de suas atividades, além de seus clientes e fornecedores, pela confiança e colaboração durante esse período. São Paulo, 08/05/2026. A Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)	
Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Disponibilidades	Depósitos
Instrumentos Financeiros	Depósitos a prazo
Relações Interfinanceiras	Outras obrigações
Títulos e valores mobiliários	IRPJ e contribuições a pagar
Operações de crédito	Total passivo circulante
(-) Prov. p/perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Não circulante
Outros créditos	Depósitos
Despesas antecipadas	Depósitos a prazo
IRPJ e CSLL a recuperar	Recursos de aceites e emissão de títulos
Total ativo circulante	Provisão para processos judiciais
Não Circulante	Total passivo não circulante
Instrumentos Financeiros	Patrimônio líquido
Títulos e valores mobiliários	Capital Social
Operações de crédito	Reserva Legal
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Não circulante	Reserva de Lucros
Outros créditos - Não circulante	Ajuste de Avaliação Patrimonial
(-) Provisão para perdas - Outros créditos	Lucros Acumulados
Despesas antecipadas	Total patrimônio líquido
IRPJ e CSLL diferidos ativos	Total do passivo
Imobilizado em uso	
Total ativo não circulante	
Total do ativo	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestre findo em 31/12/2025 e exercícios findos em 31/12/2025 (Em milhares de reais)				
Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
99.036	50	954	-	100.040
-	-	-	39.507	39.507
-	-	-	(20.932)	(20.932)
99.036	50	954	18.575	118.615
99.036	50	954	13.269	113.309
-	-	-	5.306	5.306
-	-	-	-	-
99.036	50	954	18.575	118.615

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Qista S.A.") situada à Avenida Magalhães Castro, 4.800 - 5º andar - Cidade Jardim - São Paulo/SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A Instituição, foi constituída em 06/03/2020 e obteve junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN"), autorização para funcionamento em 15/10/2020. Em 26/11/2025, o acionista controlador da Qista S.A. celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição da totalidade da participação societária detida pela RCHolding SA. A referida operação resultou na consolidação de 100% das ações da Qista pelo fundador e atual controlador final. O referido processo foi submetido ao Banco Central do Brasil em 27/11/2025, tendo o Mapa de Composição de Capital (MCC), devidamente aprovado e homologado em 19/02/2026. A Instituição tem como principal objetivo a concessão de crédito para Pessoas Físicas e Jurídicas, sobretudo através das modalidades: Crédito Pessoal com garantia do FGTS, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito consignado público, capital de giro, CPR-F e SIAPE. Além dos recursos próprios, a Instituição, capta no mercado via emissão de certificados de depósito bancário (CDB) e via letra financeira subordinada (LFS). Conforme descrito anteriormente, com a recente consolidação do controle da Qista com o acionista fundador e visando ampliar a governança e manter a Qista dentro dos limites operacionais adequados, durante o exercício de 2025, foram iniciadas as seguintes ações: • Reorganização administrativa com a contratação de profissionais de mercado com ampla experiência em Governança Corporativa, Concessão e Recuperação de Crédito, Finanças, Operações, Gestão de Pessoas e Riscos; • Gestão ativa da carteira de crédito de varejo com implantação de esteiras proprietárias de origemação; • Paralisação da estratégia de aquisição de carteira de crédito de terceiros; • Revisão e reestruturação da base de investimentos (TVMs) visando a centralização em um único veículo, com visibilidade integral dos ativos aos órgãos reguladores, administração e gestão conduzidas por casas renomadas de mercado e definição de regulamento com mecanismo de cash sweep e recebimento e amortização prioritária pela Qista, cotista sênior; • Implantação de novos comitês periódicos para revisão dos indicadores da carteira de crédito e gestão de ativos e passivos; • Revisão dos canais de origemação e cobrança de operações; • Revisão dos acordos comerciais com parceiros; • Concentração em operações com produtos de menor risco, pulverizados e com maior spread como Consignado Público e antecipação do saque-aniversário do FGTS. Diante do exposto acima, a Instituição reafirma seu compromisso com seus investidores, acionistas, colaboradores e órgãos reguladores quanto a perenidade e crescimento sustentável do negócio, atuando de forma eficiente, transparente e com as melhores práticas de mercado.

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras: a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que devem seguir as normas e as instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN, e, quando não conflitantes, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da legislação societária brasileira. Também são aplicadas nas demonstrações financeiras os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que tenham sido reconhecidos pelo CMN ou pelo BACEN. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis e no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Qista adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo nº 79 desta Resolução. Os efeitos da adoção inicial dos novos critérios contábeis estabelecidos pela referida Resolução foram reconhecidos prospectivamente, em 01/01/2025, diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários, conforme previsto no regime de transição. Os impactos quantitativos da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, geraram uma redução do patrimônio líquido de R\$ 20.932. b) **Moeda funcional e Moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. c) **Adoção de novas normas:** A partir de 01/01/2025, passaram a vigorar a Resolução CMN nº 4.966/2021, suas alterações posteriores, e a Resolução BCB nº 352/2023, que introduziram mudanças significativas nas normas contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. As novas diretrizes alinham a contabilidade das instituições financeiras aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9 (CPC 48), sendo adotadas de forma prospectiva. Como principais impactos, destacamos: **Classificação e mensuração de ativos financeiros**

os ativos passam a ser classificados com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa (teste de SPPJ - Somente Pagamentos de Principal e Juros), nas categorias: custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). **Reconhecimento de receitas e encargos financeiros:** receitas e custos diretamente vinculados à origemação ou emissão de instrumentos financeiros devem ser apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, quando considerados materiais; **Suspensão da aproximação de juros:** os juros deixam de ser apropriados a partir do momento em que o ativo financeiro for caracterizado como problema de recuperação de crédito (ativo problemático); **Modelo de perda esperada:** o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito passa a ser feito com base no modelo de perda esperada, conforme critérios definidos na Resolução BCB nº 352/2023, o que antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência da inadimplência; **Renegociação e reestruturação:** foram definidos novos critérios contábeis para mensuração e apresentação de operações renegociadas ou reestruturadas; **Baixa de ativos financeiros:** os ativos financeiros passam a ser baixados para prejuízo a partir do momento em que não houver mais expectativa razoável de recuperação por parte da Instituição. Além disso, as alterações foram acompanhadas de medidas operacionais e sistêmicas; • **Instruções Normativas BCB nº 493 a 500/2024:** os eventos contábeis e os registros dos ativos e passivos financeiros foram ajustados conforme o novo plano de contas e estrutura operacional definidos por essas instruções. A Lei nº 14.467/2022 alterou a legislação tributária federal, permitindo a realização fiscal de créditos tributários referentes a perdas esperadas com ativos financeiros, com base no novo modelo contábil introduzido pelas normas do BACEN. A lei alterou, entre outros pontos, os arts. 12 e 13 da Lei nº 9.430/96, e autoriza que valores contabilizados à título de perda esperada sejam deduzidos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, observadas as condições, limites e prazos regulamentares. Dessa forma, promovendo maior convergência entre o tratamento contábil e o fiscal das perdas com risco de crédito. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08/05/2026. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, conforme Resolução BCB 2, dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. As aplicações interfinanceiras de liquidez, estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculados "pro-rata die" com base na taxa efetiva das operações. b) **Instrumentos financeiros:** i. **Classificação** Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021, nas seguintes categorias: **Custo Amortizado (CA):** ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais representando pagamentos de principal e juros. **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais e venda, quando os fluxos de caixa representam apenas principal e juros. **Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):** ativos financeiros que não atendem aos critérios de classificação anteriores. A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do Modelo de Negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ). Os Modelos de Negócios são definidos como a forma que a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa, tendo como objetivo: (i) receber fluxos de caixa contratuais; (ii) receber fluxos de caixa e vender os ativos; ou (iii) negociar os ativos. Após classificação nas categorias CA ou VJORA, os instrumentos financeiros devem passar pelo Teste SPPJ que, por sua vez, verifica se os contratos preveem recebimento em datas específicas, compostos apenas por principal e juros. O principal é considerado como o valor original do ativo no momento do reconhecimento, enquanto os juros representam a compensação pelo uso do recurso ao longo do tempo, incluindo riscos de crédito e custos básicos do financiamento. Os instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias de classificação CA ou ao VJORA e/ou não atendem aos critérios de Teste SPPJ são classificados na categoria VJR. Os passivos financeiros são classificados pelo seu custo amortizado, exceto: • Derivativos passivos, passivos financeiros vinculados a empréstimo ou aluguel de ativos financeiros - classificados como VJR; e • Garantias financeiras prestadas - mensuradas pelo maior valor entre a provisão para perdas associadas ao risco de crédito e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida. ii. **Mensuração:** A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber: **Custo amortizado (CA):** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente recon-

Demonstração do Resultado - Semestre findo em 31/12/2025 e exercícios findos em 31/12/2025 (Em milhares de reais)	
2º semestre	
Nota	31/12/2025
Receita de intermediação financeira	15 221.836
Despesas de intermediação financeira	(172.903)
Despesas de captação	9.b (146.671)
Receitas Operacionais	48.933
Despesas Operacionais	(9.046)
Despesas administrativas	17 (27.318)
Despesas pessoais	17 (6.902)
Despesas tributárias	17 (6.124)
Outras despesas	17 (8.484)
Resultado Operacional	9.151
Resultado antes do IRPJ e CSLL	9.151
IRPJ e CSLL diferidos	12 3.000
IRPJ e CSLL corrente	12 (6.845)
Lucro Líquido do semestre	5.306
Número de Ações	99.035.903
Lucro/(Prejuízo) por ação	0,05

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Semestre findo em 31/12/2025 e exercícios findos em 31/12/2025 (Em milhares de reais)	
2º semestre	
Nota	31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais	5.306
Lucro Líquido	39.506
Ajustes	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	26.232
Efeitos de adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	34.887
Depreciações e amortizações	147
Provisão para contingência	361
IRPJ e CSLL diferidos	3.000
Varição de ativos e passivos operacionais	(168.778)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(168.778)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(168.778)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	224.702
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	55.924
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(168.778)

nhedidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receita de intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas da intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato. **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido intitulada "Ajuste de Avaliação Patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do Patrimônio Líquido são transferidos para o resultado do período. **o valor justo no resultado (VJR):** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros estão classificados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Instrumento financeiro	Classificação:
Títulos e valores mobiliários	Valor Justo meio do resultado
Operações de crédito	Custo amortizado
Depósitos a prazo	Custo amortizado
Recursos de aceites e emissão de títulos	Custo amortizado

iii. **Hierarquia do Valor Justo:** Valor Justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado, entre partes independentes, conhecedoras do mercado e dispostas a realizar a transação em condições normais e competitivas, na data da mensuração. A mensuração dos instrumentos financeiros é realizada com base na hierarquia de valor justo, conforme definida a seguir: **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem, entre outros, títulos públicos federais, ações de companhias abertas, posições em contratos futuros e cotas de fundos de investimento com liquidez imediata. **Nível 2:** Técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis, direta ou indiretamente, nos mercados. Abrangem, por exemplo, derivativos negociados no mercado de balcão e cotas de fundos de investimento com liquidez restrita. **Nível 3:** Técnicas de avaliação baseadas em dados não observáveis no mercado, aplicáveis quando não há informações disponíveis relevantes de mercado. **iv. Baixa de Instrumentos Financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada. **v. Reclassificação de Instrumentos Financeiros:** A reclassificação de ativos financeiros é exigida se, e somente se, o objetivo do Modelo de Negócios da entidade para o gerenciamento desses ativos mudar. É vedada a reclassificação de passivos financeiros. **vi. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Em atendimento à Resolução BCB nº 352/23 e por integrar o segmento prudencial "S4", a instituição adota a metodologia simplificada para mensuração da perda esperada, baseada na classificação das operações conforme as garantias vinculadas e o nível de inadimplência. As operações de crédito da Instituição estão classificadas nas carteiras C4 e C5. **Carteira 4** - Engloba créditos sem garantias reais ou fidejussórias, concedidos a empresas privadas (como capital de giro, debêntures e crédito rural de investimento). Classifica-se como carteira de risco elevado, em razão da ausência de colaterais, resultando em níveis mais altos de provisão para perdas esperadas. **Carteira 5** - Abrange operações de maior risco de crédito e menor nível de mitigação, tais como crédito pessoal (com ou sem consignação), crédito direto ao consumidor, crédito rotativo e operações mercantis sem garantia. Por sua natureza pulverizada

e ausência de colaterais, essa carteira apresenta maior probabilidade de inadimplência e requer provisões mais conservadoras conforme a metodologia de perdas esperadas. **Crédito Consignado (C5 - Subcategoria Especial)** - Embora classificado formalmente na Carteira 5, o crédito consignado apresenta perfil de risco inferior às demais modalidades da mesma carteira, em razão da retenção direta em folha de pagamento ou benefício previdenciário, que reduz significativamente a probabilidade de inadimplência. Por esse motivo, as instituições podem observar níveis de provisão diferenciados, inferiores aos aplicáveis a créditos pessoais ou rotativos sem garantia. Assim, o consignado constitui uma subcategoria de menor risco dentro da C5, ainda que formalmente enquadrado na mesma classe para fins regulatórios. A metodologia considera os seguintes conceitos: **Ativos financeiros não problemáticos:** ativos que não apresentam problemas de recuperação de crédito. A provisão é calculada conforme os percentuais do Anexo II da Resolução BCB nº 352/23. **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** ativos com problemas de recuperação não decorrentes de atraso superior a 90 dias (como operações reestruturadas ou com aspectos qualitativos). Aplicam-se os percentuais do art. 78, inciso II, da Resolução BCB nº 352/23. **Ativos financeiros inadimplidos:** ativos com atraso superior a 90 dias. A provisão é calculada com base nos percentuais do Anexo I da Resolução BCB nº 352/23, acrescida dos percentuais adicionais do art. 78, inciso III. O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer: • Atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos contratuais; • Reestruturação decorrente de renegociação que não atenda aos critérios mínimos definidos pela Instituição para considerar a operação como renegociação regular; • Decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou atos similares em relação a contraparte, salvo se houver comprovação documental de que a obrigação será integralmente honrada; • Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes; e • Indicação de deterioração da situação de crédito da contraparte, com aumento significativo do risco identificado nos processos de revisão periódica. Durante o período em que o ativo se mantiver classificado como problemático, é suspenso o reconhecimento de receitas financeiras que não tenham sido efetivamente recebidas. **c) Imobilizado de Uso:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamentos e Sistemas de Processamento de Dados). A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros é realizada pelo prazo de contrato de aluguel do imóvel. **d) Ativo Intangível:** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. **e) Redução ao valor recuperável dos ativos:** Uma provisão para perda do valor recuperável (impairment) é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **f) Depósitos e demais instrumentos financeiros:** Captações no mercado, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras. Estão demonstrados pelo valor da exigibilidade, acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço ("pro-rata die"). **g) Provisões:** São reconhecidas quando: i) a Instituição tem uma obrigação presente, ou não formalizada, como resultado e eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e ii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **h) Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 352/23.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento																																																																																																																																																																																																																																							
3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:																																																																																																																																																																																																																																							
<p>1. Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que garantam a sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. ii. Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e de administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - São reconhecidas nas demonstrações financeiras pelas demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. i) IRPJ e CSLL corrente e diferido: As provisões para o IRPJ (IRPJ) e CSLL (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$ 240 e a CSLL pela alíquota de 15%. Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL são calculados sobre adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, quando ativos são constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realização, como apresentado para IRPJ e contribuição corrente. Os ativos fiscais diferidos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. A Lei nº 14.467/22, que produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, determinou novos critérios para fins de dedutibilidade das perdas incorridas no recebimento de créditos, agora reconhecidas contabilmente de acordo com a Resolução BCB nº 352/23. Os critérios decorrentes desta norma são aplicáveis ao IRPJ e CSLL, e permitem a dedução de créditos inadimplidos por mais de 90 dias ou de devedores em falência ou recuperação judicial. j) Receitas e despesas: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito durante o período em que o ativo se mantiver classificado como problemático, e suspensão do reconhecimento de receitas financeiras que não tenham sido efetivamente recebidas, que são registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento. k) Julgamentos e Estimativas: As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (ii) o valor justo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, (iv) das provisões para contingências e (vi) expectativa de realização de crédito tributário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. 4. Disponibilidades:</p>																																																																																																																																																																																																																																							
<p>5. Relações Interfinanceiras:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Conta corrente</td> <td>310</td> <td>310</td> </tr> <tr> <td>O saldo de disponibilidades representa depósitos à vista disponíveis nas contas bancárias da Instituição na data.</td> <td>310</td> <td>310</td> </tr> </tbody> </table> <p>6. Títulos e valores mobiliários - Avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depósito Voluntário - BACEN</td> <td>55.614</td> <td>55.614</td> </tr> <tr> <td>Os depósitos voluntários têm remuneração pela Selic e sua aplicação e resgate são diários.</td> <td>55.614</td> <td>55.614</td> </tr> </tbody> </table> <p>7. Operações de crédito - Avaliados pelo Custo Amortizado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Crédito pessoal - FGTS</td> <td>8.176</td> <td>8.176</td> </tr> <tr> <td>Consignação pública</td> <td>378.677</td> <td>378.677</td> </tr> <tr> <td>Consignação privado</td> <td>18.595</td> <td>18.595</td> </tr> <tr> <td>Capital de Giro</td> <td>17.735</td> <td>17.735</td> </tr> <tr> <td>Outro</td> <td>25.380</td> <td>25.380</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>430.828</td> <td>430.828</td> </tr> </tbody> </table> <p>8. Outros créditos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prêmio em operações de crédito</td> <td>87.493</td> <td>87.493</td> </tr> <tr> <td>Outros créditos - líquido de provisão para perdas</td> <td>30.831</td> <td>30.831</td> </tr> <tr> <td>Impostos a compensar</td> <td>7</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>Repasses a receber</td> <td>29.069</td> <td>29.069</td> </tr> <tr> <td>Outros créditos</td> <td>1.551</td> <td>1.551</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>148.951</td> <td>148.951</td> </tr> </tbody> </table> <p>9. Depósitos a prazo e Recursos de aceites e emissão de títulos:</p> <p>a) Composição de depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos, por faixa de vencimento:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>De 3 a 12 meses</th> <th>De 1 ano a 3 anos</th> <th>De 3 a 5 anos</th> <th>Acima de 5 anos</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CDB - Pré-fixado</td> <td>103.016</td> <td>236.434</td> <td>476.708</td> <td>66</td> <td>817.441</td> </tr> <tr> <td>CDB - Pós-fixado</td> <td>71.268</td> <td>301.301</td> <td>133.822</td> <td>195</td> <td>506.586</td> </tr> <tr> <td>Depósito Interfinanceiro</td> <td>92</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>92</td> </tr> <tr> <td>Letra financeira subordinada - Pré-fixada</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>49.830</td> <td>49.830</td> </tr> <tr> <td>Letra financeira subordinada - Pós-fixada</td> <td>-</td> <td>35.317</td> <td>66.438</td> <td>69.847</td> <td>171.602</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>174.376</td> <td>537.735</td> <td>645.847</td> <td>66.699</td> <td>1.545.551</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) Despesas com operações de captações no mercado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2º semestre 2025</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depósito a prazo</td> <td>(112.949)</td> <td>(209.751)</td> </tr> <tr> <td>Fundo Garantidos de Crédito (FGC)</td> <td>(33.722)</td> <td>(35.014)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(146.671)</td> <td>(244.765)</td> </tr> </tbody> </table> <p>10. Outras obrigações:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores a Pagar</td> <td>2.802</td> <td>2.802</td> </tr> <tr> <td>Comissões a Pagar</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Repasses de operações de crédito (a)</td> <td>70.613</td> <td>70.613</td> </tr> <tr> <td>Provisões trabalhistas (Salário, Férias, 13º, rescisões e encargos)</td> <td>2.046</td> <td>2.046</td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições a pagar</td> <td>2.609</td> <td>2.609</td> </tr> <tr> <td>Provisão Fundo Garantidos de Crédito (FGC)</td> <td>163</td> <td>163</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>78.233</td> <td>78.233</td> </tr> </tbody> </table> <p>11. Provisão para processos judiciais: A Instituição é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 31/12/2025 a provisão para processos cíveis está reconhecida no montante R\$ 463. a) Movimentação da provisão:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo inicial em 31/12/2024</td> <td>302</td> <td>302</td> </tr> <tr> <td>Reversão processo trabalhista</td> <td>(36)</td> <td>(36)</td> </tr> <tr> <td>Reversão processos cíveis</td> <td>(243)</td> <td>(243)</td> </tr> <tr> <td>Provisão processos cíveis</td> <td>440</td> <td>440</td> </tr> <tr> <td>Saldo final em 31/12/2025</td> <td>463</td> <td>463</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) Contingências possíveis: A Instituição é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, julgou o risco de perda como possível, no montante de R\$ 9.941. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes está relacionada a processos de superendividamento, os quais correspondem a ações judiciais propostas por consumidores pessoas físicas, amparadas pela Lei nº 14.181/2021. Esses processos têm como objetivo a renegociação de dívidas de consumo acumuladas de forma a comprometer a capacidade de pagamento do consumidor, sem prejuízo ao atendimento de suas necessidades básicas. 12. IRPJ e CSLL - Corrente: Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pelo Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, ainda em tramitação. A Reforma prevê a substituição gradual do ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por tributos de base ampla sobre o valor agregado, quais sejam: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios; a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência Federal; e o Imposto Seletivo (IS), de caráter predominantemente regulatório, incidente sobre bens e serviços específicos. A implementação integral do novo sistema está prevista para 2033, com período de transição entre 2026 e 2032. A Administração da Instituição acompanha continuamente a evolução da regulamentação infraconstitucional e avalia seus potenciais impactos. Eventuais efeitos decorrentes da implementação da CBS, do IBS e do Imposto Seletivo serão reconhecidos e divulgados oportunamente, inclusive aqueles relacionados a custos de adaptação de sistemas e ao cumprimento de novas obrigações acessórias, à medida que se tornem mensuráveis e efetivamente aplicáveis. Dessa forma, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025 não contemplam quaisquer efeitos relacionados à futura adoção desses tributos. 13. Crédito tributário: Os créditos tributários constituídos estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/2020 em seu art. 4º, inciso II, § 2º, inciso I e Resolução CMN nº 5.116 de 25/01/2024, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributários futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, de acordo com os quadros a seguir:</p> <p>Movimentação do Crédito Tributário:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2024</th> <th>Resultado</th> <th>acumulados</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo fiscal e base negativa recuperável</td> <td>17.336</td> <td>2.109</td> <td>-</td> <td>19.445</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perda do valor recuperável</td> <td>4.025</td> <td>(10.285)</td> <td>-</td> <td>(6.260)</td> </tr> <tr> <td>Adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(13.954)</td> <td>13.954</td> </tr> <tr> <td>Provisão para contingências</td> <td>121</td> <td>64</td> <td>-</td> <td>185</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>21.482</td> <td>(8.112)</td> <td>(13.954)</td> <td>27.324</td> </tr> </tbody> </table> <p>Expectativa de realização: A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa):</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>IRPJ</th> <th>CSLL</th> <th>IRPJ</th> <th>CSLL</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2026</td> <td>3.236</td> <td>1.941</td> <td>9.333</td> <td>5.599</td> <td>20.109</td> </tr> <tr> <td>2027</td> <td>1.435</td> <td>2.391</td> <td>1.863</td> <td>1.118</td> <td>6.807</td> </tr> <tr> <td>2028</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>23</td> <td>13</td> <td>36</td> </tr> <tr> <td>2029</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>39</td> <td>23</td> <td>62</td> </tr> <tr> <td>2030</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>123</td> <td>73</td> <td>196</td> </tr> </tbody> </table> <p>14. Patrimônio líquido: a. Capital Social: O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2025 é de R\$ 99.036 (noventa e nove milhões e trinta e seis mil reais) e está representado por 99.035.903 de ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País. b. Reserva legal: A Reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição desta reserva, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31/12/2025 o valor da reserva legal é de R\$ 50. c. Dividendos: Os acionistas têm direito de receber com dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida</p>											31/12/2025	31/12/2024	Conta corrente	310	310	O saldo de disponibilidades representa depósitos à vista disponíveis nas contas bancárias da Instituição na data.	310	310		31/12/2025	31/12/2024	Depósito Voluntário - BACEN	55.614	55.614	Os depósitos voluntários têm remuneração pela Selic e sua aplicação e resgate são diários.	55.614	55.614		31/12/2025	31/12/2024	Crédito pessoal - FGTS	8.176	8.176	Consignação pública	378.677	378.677	Consignação privado	18.595	18.595	Capital de Giro	17.735	17.735	Outro	25.380	25.380	Total	430.828	430.828		31/12/2025	31/12/2024	Prêmio em operações de crédito	87.493	87.493	Outros créditos - líquido de provisão para perdas	30.831	30.831	Impostos a compensar	7	7	Repasses a receber	29.069	29.069	Outros créditos	1.551	1.551	Total	148.951	148.951		De 3 a 12 meses	De 1 ano a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	CDB - Pré-fixado	103.016	236.434	476.708	66	817.441	CDB - Pós-fixado	71.268	301.301	133.822	195	506.586	Depósito Interfinanceiro	92	-	-	-	92	Letra financeira subordinada - Pré-fixada	-	-	-	49.830	49.830	Letra financeira subordinada - Pós-fixada	-	35.317	66.438	69.847	171.602	Total	174.376	537.735	645.847	66.699	1.545.551		2º semestre 2025	31/12/2025	Depósito a prazo	(112.949)	(209.751)	Fundo Garantidos de Crédito (FGC)	(33.722)	(35.014)	Total	(146.671)	(244.765)		31/12/2025	31/12/2024	Fornecedores a Pagar	2.802	2.802	Comissões a Pagar	-	-	Repasses de operações de crédito (a)	70.613	70.613	Provisões trabalhistas (Salário, Férias, 13º, rescisões e encargos)	2.046	2.046	Impostos e contribuições a pagar	2.609	2.609	Provisão Fundo Garantidos de Crédito (FGC)	163	163	Total	78.233	78.233		31/12/2025	31/12/2024	Saldo inicial em 31/12/2024	302	302	Reversão processo trabalhista	(36)	(36)	Reversão processos cíveis	(243)	(243)	Provisão processos cíveis	440	440	Saldo final em 31/12/2025	463	463		2024	Resultado	acumulados	2025	Prejuízo fiscal e base negativa recuperável	17.336	2.109	-	19.445	Provisão para perda do valor recuperável	4.025	(10.285)	-	(6.260)	Adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	-	-	(13.954)	13.954	Provisão para contingências	121	64	-	185	Total	21.482	(8.112)	(13.954)	27.324		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	2026	3.236	1.941	9.333	5.599	20.109	2027	1.435	2.391	1.863	1.118	6.807	2028	-	-	23	13	36	2029	-	-	39	23	62	2030	-	-	123	73	196
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																																					
Conta corrente	310	310																																																																																																																																																																																																																																					
O saldo de disponibilidades representa depósitos à vista disponíveis nas contas bancárias da Instituição na data.	310	310																																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																																					
Depósito Voluntário - BACEN	55.614	55.614																																																																																																																																																																																																																																					
Os depósitos voluntários têm remuneração pela Selic e sua aplicação e resgate são diários.	55.614	55.614																																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																																					
Crédito pessoal - FGTS	8.176	8.176																																																																																																																																																																																																																																					
Consignação pública	378.677	378.677																																																																																																																																																																																																																																					
Consignação privado	18.595	18.595																																																																																																																																																																																																																																					
Capital de Giro	17.735	17.735																																																																																																																																																																																																																																					
Outro	25.380	25.380																																																																																																																																																																																																																																					
Total	430.828	430.828																																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																																					
Prêmio em operações de crédito	87.493	87.493																																																																																																																																																																																																																																					
Outros créditos - líquido de provisão para perdas	30.831	30.831																																																																																																																																																																																																																																					
Impostos a compensar	7	7																																																																																																																																																																																																																																					
Repasses a receber	29.069	29.069																																																																																																																																																																																																																																					
Outros créditos	1.551	1.551																																																																																																																																																																																																																																					
Total	148.951	148.951																																																																																																																																																																																																																																					
	De 3 a 12 meses	De 1 ano a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total																																																																																																																																																																																																																																		
CDB - Pré-fixado	103.016	236.434	476.708	66	817.441																																																																																																																																																																																																																																		
CDB - Pós-fixado	71.268	301.301	133.822	195	506.586																																																																																																																																																																																																																																		
Depósito Interfinanceiro	92	-	-	-	92																																																																																																																																																																																																																																		
Letra financeira subordinada - Pré-fixada	-	-	-	49.830	49.830																																																																																																																																																																																																																																		
Letra financeira subordinada - Pós-fixada	-	35.317	66.438	69.847	171.602																																																																																																																																																																																																																																		
Total	174.376	537.735	645.847	66.699	1.545.551																																																																																																																																																																																																																																		
	2º semestre 2025	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																					
Depósito a prazo	(112.949)	(209.751)																																																																																																																																																																																																																																					
Fundo Garantidos de Crédito (FGC)	(33.722)	(35.014)																																																																																																																																																																																																																																					
Total	(146.671)	(244.765)																																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																																					
Fornecedores a Pagar	2.802	2.802																																																																																																																																																																																																																																					
Comissões a Pagar	-	-																																																																																																																																																																																																																																					
Repasses de operações de crédito (a)	70.613	70.613																																																																																																																																																																																																																																					
Provisões trabalhistas (Salário, Férias, 13º, rescisões e encargos)	2.046	2.046																																																																																																																																																																																																																																					
Impostos e contribuições a pagar	2.609	2.609																																																																																																																																																																																																																																					
Provisão Fundo Garantidos de Crédito (FGC)	163	163																																																																																																																																																																																																																																					
Total	78.233	78.233																																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																																					
Saldo inicial em 31/12/2024	302	302																																																																																																																																																																																																																																					
Reversão processo trabalhista	(36)	(36)																																																																																																																																																																																																																																					
Reversão processos cíveis	(243)	(243)																																																																																																																																																																																																																																					
Provisão processos cíveis	440	440																																																																																																																																																																																																																																					
Saldo final em 31/12/2025	463	463																																																																																																																																																																																																																																					
	2024	Resultado	acumulados	2025																																																																																																																																																																																																																																			
Prejuízo fiscal e base negativa recuperável	17.336	2.109	-	19.445																																																																																																																																																																																																																																			
Provisão para perda do valor recuperável	4.025	(10.285)	-	(6.260)																																																																																																																																																																																																																																			
Adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	-	-	(13.954)	13.954																																																																																																																																																																																																																																			
Provisão para contingências	121	64	-	185																																																																																																																																																																																																																																			
Total	21.482	(8.112)	(13.954)	27.324																																																																																																																																																																																																																																			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total																																																																																																																																																																																																																																		
2026	3.236	1.941	9.333	5.599	20.109																																																																																																																																																																																																																																		
2027	1.435	2.391	1.863	1.118	6.807																																																																																																																																																																																																																																		
2028	-	-	23	13	36																																																																																																																																																																																																																																		
2029	-	-	39	23	62																																																																																																																																																																																																																																		
2030	-	-	123	73	196																																																																																																																																																																																																																																		
<p>ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O monitoramento do risco de liquidez está baseado no gerenciamento do fluxo de caixa, observando os limites mínimos de saldos dos caixas diários ("colchão de liquidez"), projeções de necessidade de caixa, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez, e simulações de cenários adversos. Risco Operacional: O gerenciamento e o monitoramento do risco operacional abrangem as perdas resultantes de eventos externos e internos à organização. Esses eventos podem ser decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação nas operações, em processos internos, em pessoas, sistemas, produtos, serviços, conduta no relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores, além de danos a ativos físicos e situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição. A metodologia utilizada para identificação dos riscos está relacionada às técnicas de autoavaliação RCSA (Risk Control Self Assessment) e análise de processos. Estas técnicas são aplicadas periodicamente, com o objetivo de identificar os eventos de risco, e suas potenciais causas, bem como avaliar o nível do risco (por meio da utilização de matrizes de impactos x probabilidade). Risco Socioambiental e Climático: O risco socioambiental e climático refere-se à possibilidade de perdas para a instituição decorrentes de eventos relacionados a: Violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; Degradação ambiental, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; Transição para uma economia de baixo carbono; Ocorrência de eventos climáticos extremos ou mudanças ambientais de longo prazo, associadas a alterações nos padrões climáticos. A estrutura de governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático podem ser encontradas no relatório anual de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRAC). Este relatório está disponível no site da Qista (www.souqista.com.br) na seção de Gestão de Riscos. Gerenciamento de capital: Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 2017, do CMN, a instituição elaborou e implementa anualmente, o Plano de Capital com propósito de manter o capital adequado ao suporte de suas operações, em linha com seu Planejamento Estratégico. No contexto de "Avaliação dos Requisitos Mínimos Exigidos", são calculados os parâmetros destacados abaixo: Patrimônio de Referência ("PR"): Capital Principal; Patrimônio de Referência de Nível I (PRN1), corresponde a soma do Capital Principal com o Capital Complementar; Patrimônio de Referência de Nível II (PRN2), corresponde a soma de instrumentos de dívida subordinada elegíveis ao capital; Ativos Ponderados pelo Risco ("RWA"), correspondente a soma das parcelas RWACPAD (risco de crédito mediante a abordagem padronizada), RWAMPAD (risco de mercado mediante a abordagem padronizada) e RWADPAD (risco operacional mediante abordagem padronizada); Índice de Basileia (IB). Para fins de apuração da parcela RWADPAD, conforme classificação determinada pela Resolução BCB nº 356/2023 a instituição utiliza a abordagem do Indicador de Negócios Ponderado (Metodologia BIC). A tabela a seguir totaliza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Patrimônio Líquido</td> <td>118.615</td> <td>100.040</td> </tr> <tr> <td>Capital Principal</td> <td>125.195</td> <td>82.478</td> </tr> <tr> <td>Capital Complementar</td> <td>55.003</td> <td>40.000</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio de Referência Nível I</td> <td>180.198</td> <td>122.478</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio de Referência Nível II</td> <td>92.232</td> <td>59.426</td> </tr> <tr> <td>Excesso de Recursos Aplicado no Ativo Permanente</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio de Referência - (A)</td> <td>272.430</td> <td>181.905</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio de Referência Exigido (8%*B)</td> <td>86.379</td> <td>74.467</td> </tr> <tr> <td>Adicional de Capital Principal</td> <td>26.993</td> <td>23.271</td> </tr> <tr> <td>Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (B)</td> <td>1.079.739</td> <td>930.834</td> </tr> <tr> <td>Risco de Crédito - RWACPAD</td> <td>922.024</td> <td>842.744</td> </tr> <tr> <td>Risco Operacional - RWADPAD</td> <td>157.560</td> <td>88.089</td> </tr> <tr> <td>Risco de Mercado - RWAMPAD</td> <td>155</td> <td>155</td> </tr> <tr> <td>Índice de Basileia (A/B)</td> <td>25,23%</td> <td>19,54%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em 31/12/2025, a instituição apresentou um Índice de Basileia de 25,23%, acima do mínimo regulatório de 10,5% (incluindo o Adicional de Capital Principal). Esse resultado refletiu uma margem de capital de R\$ 159.057 em relação ao exigido, evidenciando a solidez e robustez da sua estrutura de capital para suportar os riscos esperados e não esperados da Instituição. 19. Transações com partes relacionadas: Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração dos administradores. Os gastos com honorários da Diretoria somam o montante de R\$ 269. A Instituição concede benefícios de curto prazo aos seus colaboradores, tais como: benefícios não monetários (assistência médica, vale-alimentação e refeição). 20. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em atendimento à Resolução nº 4.910 do CMN, não contrato serviços da CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes relacionados à Instituição. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses. 21. Eventos Subsequentes: Em 15/01/2026, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. responsável pela administração de veículo de investimento da Qista. A medida resultou na interrupção imediata das atividades da administradora. A referida liquidação gerou para a Qista impactos operacionais, já mitigados uma vez que o veículo de investimento teve a sua administração migrada para a empresa Planner Corretora de Valores S.A. em 23/04/2026, demonstrando que a Qista continua buscando o fortalecimento dos seus negócios e investimentos. Em 19/02/2026, o Banco Central do Brasil (BACEN) homologou a Composição de Capital (MCC), demonstrando e formalizando a saída definitiva da participação societária total da RCHolding S.A. Além da medida de reorganização societária, a Qista centralizou os investimentos em um único Fundo de Investimentos, com foco em concessão e aquisição de ativos de crédito para Pessoas Jurídicas de médio e grande porte, onde a Qista figura como cotista sênior e o Fundo possui subordinação de 40%, com gatilho de recomposição. Adicionalmente, destaca-se que, conforme o planejamento estratégico da Instituição, o Fundo possui mecanismo de cash sweep, onde toda e qualquer amortização tem como beneficiário prioritário a Qista.</p>											31/12/2025	31/12/2024	Patrimônio Líquido	118.615	100.040	Capital Principal	125.195	82.478	Capital Complementar	55.003	40.000	Patrimônio de Referência Nível I	180.198	122.478	Patrimônio de Referência Nível II	92.232	59.426	Excesso de Recursos Aplicado no Ativo Permanente	-	-	Patrimônio de Referência - (A)	272.430	181.905	Patrimônio de Referência Exigido (8%*B)	86.379	74.467	Adicional de Capital Principal	26.993	23.271	Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (B)	1.079.739	930.834	Risco de Crédito - RWACPAD	922.024	842.744	Risco Operacional - RWADPAD	157.560	88.089	Risco de Mercado - RWAMPAD	155	155	Índice de Basileia (A/B)	25,23%	19,54%																																																																																																																																																																																	
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																																					
Patrimônio Líquido	118.615	100.040																																																																																																																																																																																																																																					
Capital Principal	125.195	82.478																																																																																																																																																																																																																																					
Capital Complementar	55.003	40.000																																																																																																																																																																																																																																					
Patrimônio de Referência Nível I	180.198	122.478																																																																																																																																																																																																																																					
Patrimônio de Referência Nível II	92.232	59.426																																																																																																																																																																																																																																					
Excesso de Recursos Aplicado no Ativo Permanente	-	-																																																																																																																																																																																																																																					
Patrimônio de Referência - (A)	272.430	181.905																																																																																																																																																																																																																																					
Patrimônio de Referência Exigido (8%*B)	86.379	74.467																																																																																																																																																																																																																																					
Adicional de Capital Principal	26.993	23.271																																																																																																																																																																																																																																					
Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (B)	1.079.739	930.834																																																																																																																																																																																																																																					
Risco de Crédito - RWACPAD	922.024	842.744																																																																																																																																																																																																																																					
Risco Operacional - RWADPAD	157.560	88.089																																																																																																																																																																																																																																					
Risco de Mercado - RWAMPAD	155	155																																																																																																																																																																																																																																					
Índice de Basileia (A/B)	25,23%	19,54%																																																																																																																																																																																																																																					
<p>A Diretoria Alexandre Mariano Corral Antunes - Diretor Jonatas Gomes Brito - Contador - CRC: 1SP 297.714/0-8</p> <p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</p> <p>Aos Administradores e Acionistas da Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Informações Comparativas: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas</p>																																																																																																																																																																																																																																							

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Debêntures Lastreadas em Créditos Vinculados ao FCVS:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 06 – “Títulos e valores mobiliários – Avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado”, na qual descreve que a Instituição possui investimento em debêntures direta e indiretamente, no montante de R\$ 560.116 mil. Ao decorrer do mês de dezembro de 2025, a Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento adquiriu essas debêntures, por meio de troca e dação de ativos. As referidas debêntures estão lastreadas em direitos creditórios vinculados a garantias relacionadas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), créditos esses que se encontram em processo de habilitação e/ou novação nos termos da legislação aplicável, sendo sua efetiva realização, fator determinante para a realização das referidas debêntures. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Eventos subsequentes - Reorganização Societária:** Chamamos atenção para as Notas Explicativas nº 1 – “Contexto Operacional” e nº 21 – “Eventos Subsequentes”, quanto ao processo de reorganização societária e reestruturação operacional conduzido pela Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, incluindo a consolidação do controle societário pelo acionista controlador final, homologada pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2026, bem como a revisão da estrutura de investimentos da Instituição. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 08/05/2026. **CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S Ltda.**, CRC 2SP-048.811/0-0. **Thiago Benazzi Arteiro**, Contador, CRC 1SP-273.332/0-9.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/05/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

